

# CRIANÇAS E ESCOLAS BRASILEIRAS NO JAPÃO MULTIÉTNICO

## Anna Sera

Doutoranda na Indiana University (EUA) nos programas de Sociologia e Estudos de Políticas Educacionais (dupla especialização) e pesquisadora no Centro de Estudos Nipo-Brasileiros de São Paulo. Atuou como professora em escola brasileira no Japão e como coordenadora de programas para o auxílio de crianças imigrantes no Japão e EUA. Sua linha de pesquisa principal concentra-se na educação de crianças imigrantes e formação docente para a integração sociocultural destas crianças na escola e sociedade. Natural de São Paulo, é graduada em Educação pela Universidade de Hiroshima (Japão) e mestre em Políticas Públicas Educacionais e Internacionais pela Universidade de Stanford (EUA), bolsista da International Fulbright U.S.A.-Japan Scholarship.

### **contato:**

<http://annasera.strikingly.com/>

## Resumo

No presente artigo apresento alguns dados estatísticos e históricos em torno da presença dos brasileiros e outros grupos estrangeiros nas escolas do Japão. Apresento estas informações para fomentar a discussão sobre o mito da homogeneidade na sociedade nipônica. Minha intenção é destacar o contexto multiétnico e fluído em que a educação das crianças envolvidas no fenômeno migratório decasségui (dekasegi) tem se materializado nas últimas décadas. Concluo com a reflexão de que a cooperação entre o governo, tanto japonês quanto brasileiro, família e organizações não-governamentais é extremamente importante para garantir o direito à educação da criança migrante nipo-brasileira no Japão.

(Este artigo reproduz o conteúdo da palestra apresentada pela autora em outubro de 2018, organizada pela Fundação Japão São Paulo e pelo Centro de Estudos Nipo Brasileiros)

## Palavras-Chave

Japão, Educação, Imigração, Dekasegi, Brasileiros no exterior

# Introdução

A educação dos jovens brasileiros no Japão é um tópico de muita preocupação. Como pais, professores e membros da comunidade nos preocupamos com as oportunidades e qualidade de ensino e de vida de nossos jovens. Educação é um direito universal, inclusive do migrante, é uma questão de política pública global. A educação como um direito é essencial para desenvolver a solidariedade e paz para além das diferenças culturais (UNESCO 2006). Na prática, a educação se materializa em um processo comunitário e conjunto, não é um dever exclusivo da família, do indivíduo ou do governo local ou nacional (Levinson, Sutton, e Winstead 2009; Sutton e Levinson 2001). A educação como um projeto de política pública é institucionalizada como um dos principais pilares na construção de um estado-nação moderno. Esse projeto é implementado através do sistema educacional, o qual é mantido pelo trabalho conjunto entre estudante, família, comunidade e organizações cívicas e governamentais (Meyer et al. 1997; Ramirez e Boli 1987).

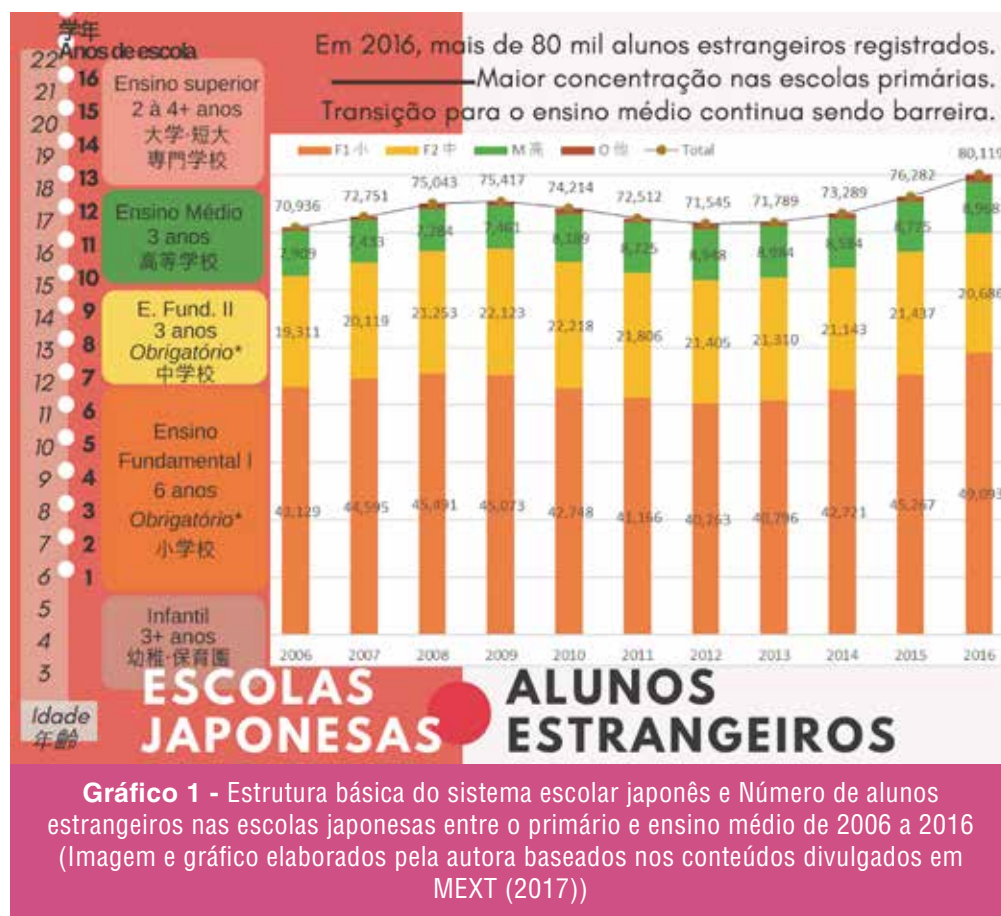
Existem várias outras formas de definir “educação”. Educação pode ser debatida como uma questão moral ou individual, de formação identitária e profissional, visando a participação ativa na vida social, cultural e econômica. As dimensões da educação são importantes e relevantes, mas não serão o foco principal deste artigo.

Destacando o caso das crianças brasileiras, farei uma breve apresentação das práticas e instituições que se desenvolveram nas últimas décadas e formam o contexto escolar das crianças estrangeiras no Japão. Trata-se de um contexto de diversidade, que não corresponde à perspectiva de homogeneidade pela qual o Japão é visto. Minha intenção será em dar foco aos dados que nos permitem discutir e refletir sobre o papel das autoridades escolares, tanto japonesas quanto brasileiras. Esclareço que essa perspectiva difere da narrativa que geralmente ouve-se falar das crianças migrantes em relação às dificuldades que encontram, das crises, ambiguidades e contradições identitárias. Esse paradigma popular tende a sugerir uma importância das atitudes de pais, familiares e da própria criança migrante como fatores que resultam na adaptação bem-sucedida ou não. Novamente, reconheço a importância desses fatores, porém, minha intenção é trazer atenção a outros fatores para termos um melhor entendimento do fenômeno em questão.

É importante ressaltar que minha própria trajetória e identidade influenciam minha perspectiva. Ao falar das crianças estrangeiras no Japão, uma das perguntas que sempre recebo é sobre a minha experiência. Eu também fui recebida como uma estrangeira na escola japonesa aos quinze anos quando minha família se mudou para o Japão, país natal de meus pais. Lembro da confusão de meus colegas e professores quando perceberam que a aluna recém-chegada do Brasil era japonesa. Dez anos depois, me tornei imigrante novamente, desta vez por escolha própria, e me mudei para os Estados Unidos começando uma nova fase em minha vida profissional e familiar. Nos Estados Unidos, minha naturalidade brasileira gera surpresa nas pessoas que inevitavelmente notam a minha aparência asiática e em contraste associam o Brasil com a imagem de uma população de “morenos”. Ficam ainda mais surpresos quando explico sobre a história centenária da imigração e grande presença de descendentes japoneses no Brasil. Um fato desconhecido por muitos é que a política de imigração discriminatória contra os asiáticos dos Estados Unidos no início do século XX foi decisivo para a promoção da emigração ao Brasil pelo governo japonês. No decorrer de minha vida, criei raízes em três países, mas sempre tenho sido a imigrante. Porém, aprendi que ser ‘imigrante’ ou japonesa ou brasileira, se associa a diferentes significados dependendo do local e momento histórico. Então, talvez não seja nada surpreendente que o contexto histórico, político e sociocultural no qual a criança imigrante vive tenha se tornado a minha área de interesse e pesquisa.

# As escolas japonesas

A educação escolar de modalidade regular no Japão é dividida nos seguintes níveis. Ensino infantil (*yotien*)<sup>1</sup>, ensino fundamental I (*shogakkou*), ensino fundamental II (*tyugakkou*), ensino médio (*kotogakkou*, normalmente chamado pela forma abreviada *koukō*) e educação superior (*koto-kyouiku*)<sup>2</sup>. Somam-se num total de 19 anos de ensino orientados pelo Ministério da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia (MEXT). A educação infantil para as idades de 3 a 5 anos é opcional e o ensino obrigatório inclui o ensino fundamental I e II abrangendo as idades de 6 a 15 anos. O ensino médio regular tem um currículo de 3 anos que após completo qualifica o graduado para continuar os estudos em instituições de ensino superior, como graduação (*daigaku*) ou um curso profissionalizante (*tankidaigaku* ou *senmongakkou*). Uma questão importante para os alunos que transferem entre os dois países é que o ano escolar japonês começa em abril e termina em março e não corresponde ao calendário escolar de janeiro a dezembro do Brasil. Além do mais, a prática é colocar o aluno no ano escolar correspondente a sua idade independente de seu nível de conhecimento. Assim, a transferência entre escolas dos dois países pode ser um processo trabalhoso dependendo da época do ano, data de nascimento do aluno e grau de escolaridade (Ministério da Educação 2018).



<sup>1</sup> Uma alternativa frequentemente escolhida pelas famílias são as creches (*hoikuen*), administradas pelo Ministério do Trabalho. As creches podem receber crianças a partir dos 3 meses até os 5 anos de idade.

<sup>2</sup> Os níveis escolares foram traduzidos seguindo os níveis correspondentes do sistema escolar brasileiro em 2018.

## Alunos de nacionalidade estrangeira

O Gráfico 1 mostra o número de alunos estrangeiros ingressados (total anual) nas escolas japonesas do fundamental I ao ensino médio entre 2006 a 2016. Esse número inclui filhos de estrangeiros nascidos no Japão já que a nacionalidade japonesa só é concedida quando um dos pais é de nacionalidade japonesa. Observa-se a queda na população estudantil estrangeira a partir de 2009, após a crise econômica mundial de 2008 e seguido do desastre de Fukushima em 2011. Contudo, recentemente o número de alunos estrangeiros vem aumentando novamente. Em 2016 encontravam-se matriculados mais de 80 mil alunos de diferentes nacionalidades nas escolas públicas japonesas.

A maioria desta população se encontra nas escolas do fundamental I. O número de alunos estrangeiros que atinge o ensino médio continua pequeno. Um dos fatores contribuintes é o processo seletivo para o ingresso nas escolas de ensino médio. Mesmo sendo escola pública, a admissão é decidida através de concursos seletivos que podem ser bastante competitivos. Os concursos são administrados pela secretaria da educação de cada província (Hamamatsu NPO Network Center 2018) ou no caso de escolas particulares, cada escola. Então os requisitos variam dependendo do local de residência e da concorrência na escola.



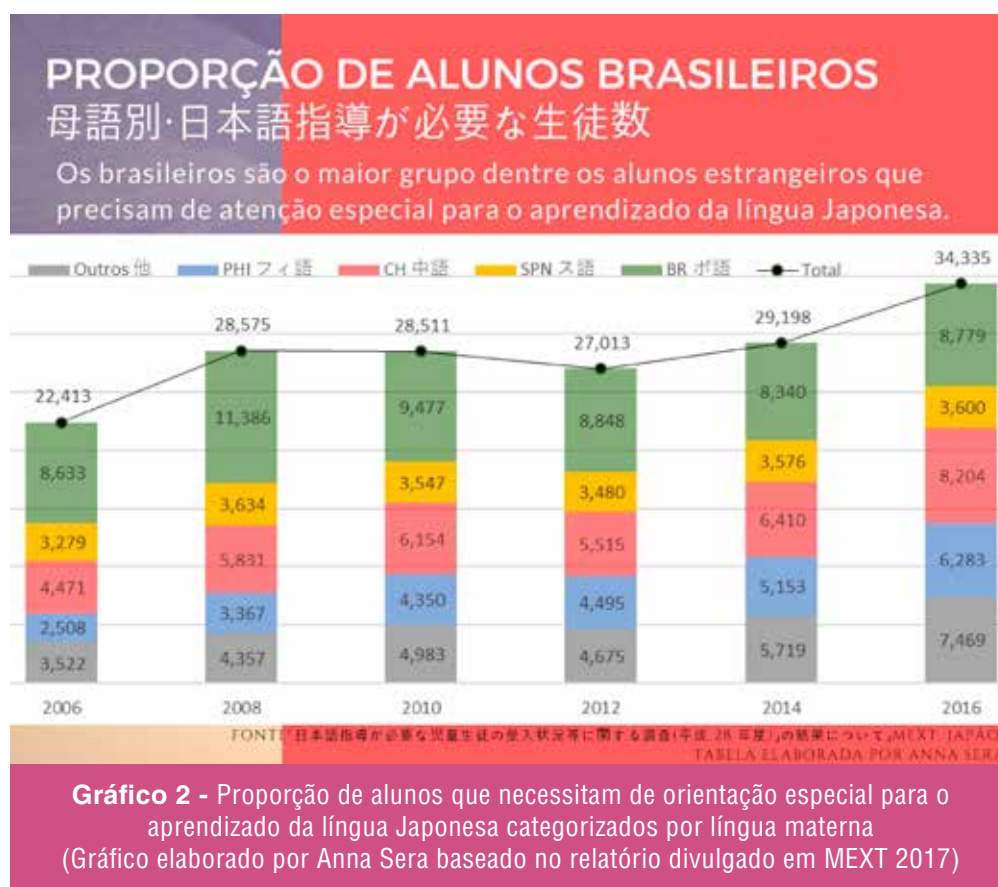
Típica sala de aula de escola pública no Japão

## Alunos brasileiros

Como o Gráfico 2 indica, entre 2006 e 2016, as crianças brasileiras (legendado com a cor verde) continuam sendo o maior grupo entre os alunos estrangeiros que são avaliados como alunos em necessidade de aulas de reforço para o aprendizado da língua japonesa (nihongoshidou ga hitsuyouna seito). A proporção de brasileiros teve o seu pico em



2008 com uma representação de 11,386 alunos e no levantamento mais recente de 2016 constavam 8.779 alunos. O segundo maior grupo, alunos que tem o chinês como língua materna (legendado rosa), vêm ocupando uma proporção cada vez maior. Em 2016, os alunos falantes do filipino (legendado azul) formavam o terceiro maior grupo e também se caracterizavam por mostrar um aumento constante. Alunos de espanhol como língua materna (legendado amarelo) vinha a seguir em termos de número em 2016. O número de alunos que em conjunto formam a categoria de outras línguas (legendado cinza) duplicou de 2006 para 2016, dado que acrescenta às outras evidências da tendência de diversificação da população estrangeira e étnica no Japão (Willis e Murphy-Shigematsu 2008).

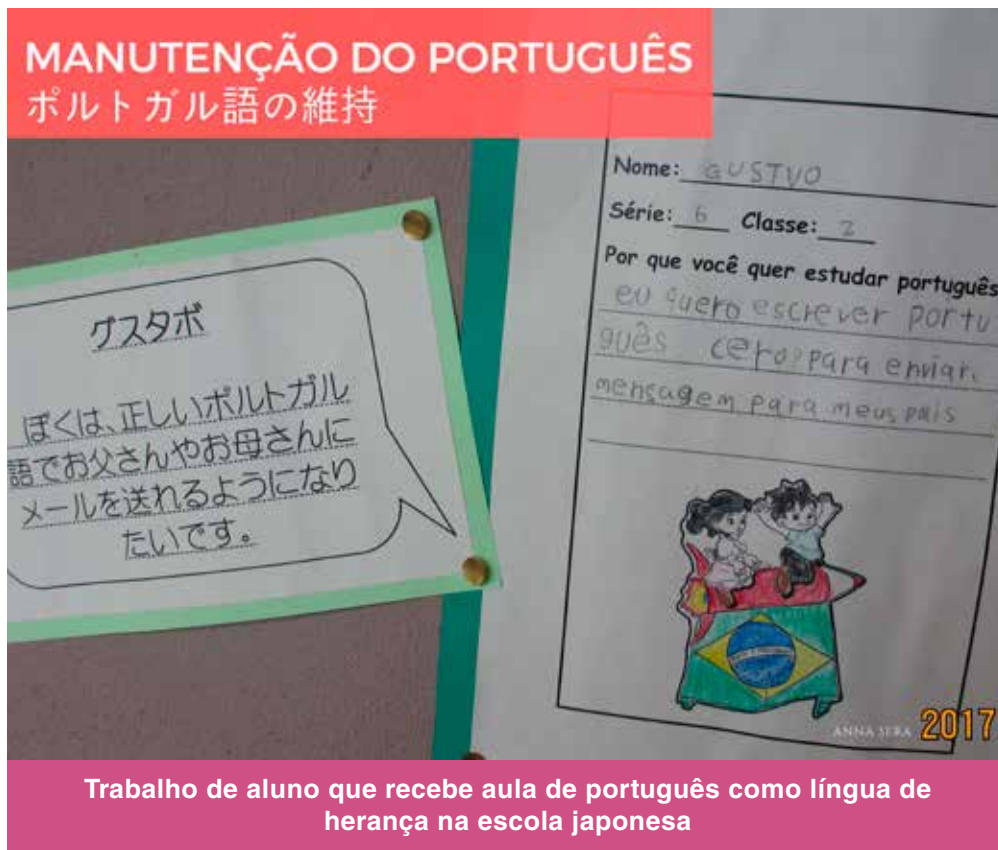


O reforço dado aos alunos com dificuldade na língua japonesa toma várias formas. Uma prática comum é a contratação de um voluntário ou assistente bilingue que ajuda os alunos dentro da sala nas aulas regulares. Em escolas onde se há recursos e professores disponíveis, as crianças estrangeiras recebem aulas especiais de japonês em salas separadas. A foto abaixo mostra uma destas salas que muitas vezes é um quatinho pequeno no final do corredor, refletindo a realidade inegável de que esses reforços são medidas provisórias na ausência de políticas públicas que integram as crianças estrangeiras no currículo e estrutura escolar japonês.



**Quarto reformado para as aulas de reforço de japonês**

Por outro lado, governos provinciais e municipais, também dependendo dos recursos e disponibilidade de professores, com escolas que já trabalham com alunos estrangeiros a vários anos, investem no aprendizado e manutenção da língua portuguesa. Como frequentemente se ouve falar nas histórias de famílias imigrantes de qualquer parte do mundo, as crianças aprendem rapidamente a conversar em japonês, a língua local, na convivência escolar. Ao mesmo tempo, esquecem o português, a língua dos pais, quando a oportunidades de contato com a língua são precárias e limitadas. Não é incomum ouvir de famílias, não só brasileiras, em que os pais não falam o japonês, enquanto os filhos só falam japonês, então pais e filhos ficam sem uma língua comum para se comunicar. O que pode ser o caso do aluno, como mostra a redação na foto abaixo, que estava no 6º ano do primário e escreveu “eu quero escrever português cero [certo] para enviar mensagem para meus pais.” Nota-se a dificuldade na escrita mas é exatamente o que ele expressa como motivo para estudar a língua portuguesa.

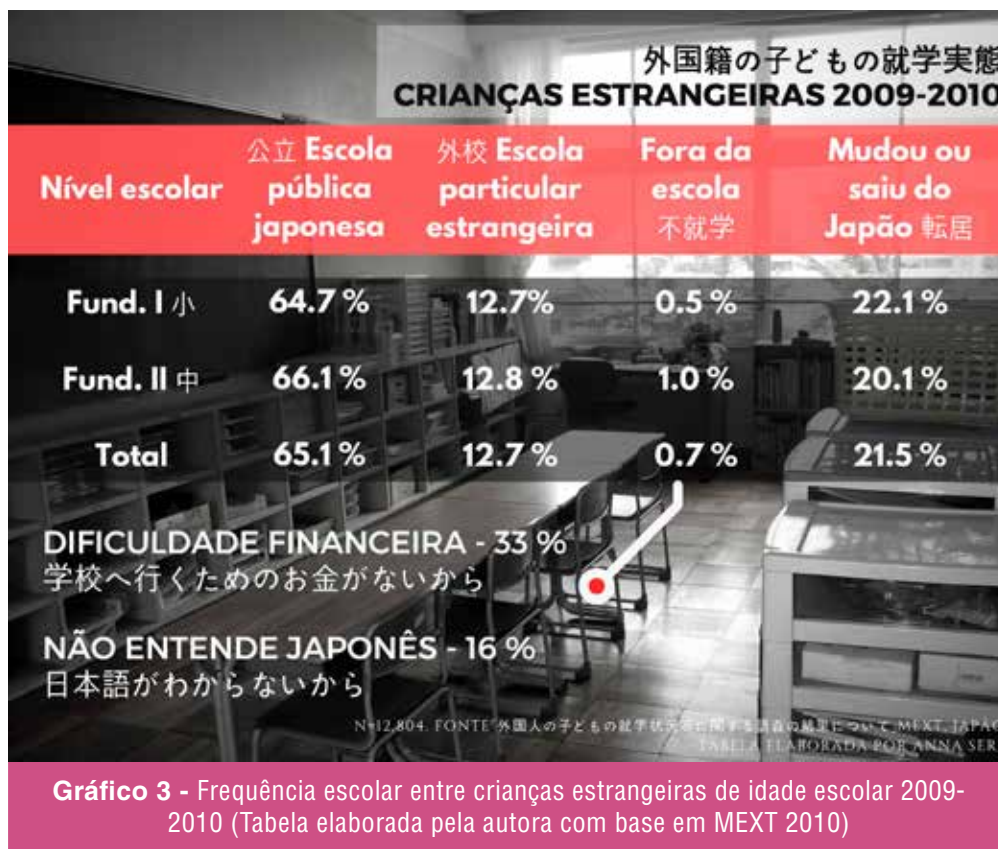


Trabalho de aluno que recebe aula de português como língua de herança na escola japonesa

Embora o ambiente das escolas japonesas seja o local de encontro da maioria dos alunos estrangeiros, incluindo os brasileiros, outro tipo de escola, as estrangeiras, recebe grande atenção da sociedade japonesa. Além desses fatores, a situação de moradia e trabalho instável em que se encontram boa parte dos trabalhadores brasileiros no Japão tem influências críticas na vida escolar das crianças.

## Instabilidade financeira afeta educação

A tabela seguinte mostra os resultados do levantamento sobre frequência escolar de crianças estrangeiras realizada pelo MEXT em 29 cidades entre 2009 e 2010, ou seja, após a crise econômica de 2008. Não há como concluir se os resultados indicam influência da crise ou não. Porém, os dados ilustram uma vulnerabilidade em relação à interrupção e evasão escolar dos alunos não-japoneses. Apenas um pouco mais da metade, cerca de 65% dessas crianças frequentavam a escola japonesa no período indicado. Quase 1% das crianças estrangeiras entre 6 e 14 anos encontrava-se fora da escola. Os principais motivos mencionados pelas famílias entrevistadas que tinham crianças não frequentando nenhuma escola eram a dificuldade financeira (33%) e a falta de proficiência em japonês (16%). Cerca de 20% das crianças estrangeiras em idade escolar registradas na cidade não foram localizadas por motivo de mudança ou saída do Japão.



Outros 13% encontravam-se matriculados em escolas particulares conhecidas como “escolas estrangeiras” por adotarem o currículo educacional de outro país. Vale notar que muitas dessas escolas são reconhecidas como escolas de acordo com regulamentos dos países de origem, mas não recebem o mesmo reconhecimento do governo japonês. Ou seja, o histórico e diploma são válidos no país de origem, mas não no Japão.

## Escolas brasileiras

As chamadas escolas brasileiras geralmente são instituições homologadas pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil (MEC), mas não necessariamente certificadas pelo MEXT (Ministério da Educação do Japão). As escolas brasileiras funcionam como alternativa, além da escola do país sede, para famílias brasileiras residentes no exterior que pretendem retornar ou continuar os estudos das crianças no sistema educacional do Brasil.

O Japão tem o maior número de escolas brasileiras no exterior embora não seja o principal destino dos brasileiros que tentam a vida fora do Brasil, posição ocupada pelos Estados Unidos. Na tabela abaixo disponibilizei um breve histórico das escolas brasileiras no Japão. As primeiras iniciativas para educar crianças e jovens brasileiros conforme o conteúdo escolar do Brasil surgiram nos anos 1990 e como “escolinhas” informais ou aulas particulares no apartamento ou casa do(a) professor(a) ou “tia”. Eram pessoas que cuidavam das crianças desde cedo pela manhã até tarde da noite para pais que faziam longas jornadas de trabalho. Aos poucos, essas iniciativas foram ganhando mais alunos e sendo registradas formalmente como ‘empresas,’ pois não tinham qualificação para serem



cadastradas como “escola” no Japão. Em 1996, algumas escolas fizeram o pedido ao MEC e conseguiram o reconhecimento como programas do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) à distância. Com o aumento da demanda, em 1999 o MEC iniciou o processo de homologação desses cursos, oficializando o status das escolas brasileiras no exterior para que o histórico e diploma escolar emitidos por essas escolas fossem válidos quando os alunos retornassem ao Brasil.



Em 2001, representantes das escolas brasileiras no Japão fundaram a Associação de Escolas Brasileiras no Japão (AEBJ). Em 2006, já haviam 95 escolas brasileiras no arquipélago, 36 delas homologadas pelo MEC. Nesse ano, quatro escolas também conseguiram reconhecimento como instituição educacional de acordo com os regulamentos japoneses. Isso abriu portas para que estas escolas recebam auxílio dos governos provinciais ou municipais e os alunos possam ter uma carteira de estudante oficial com direito a desconto no transporte público e em outras atividades culturais. O pico de número de escolas brasileiras no Japão foi alcançado em 2008, quando se contava mais de 110 escolas entre elas 52 homologadas. A falta de professores qualificados continua sendo uma preocupação grande que afeta a qualidade de ensino nestas escolas. Como forma de melhorar esta realidade, uma universidade brasileira e outra japonesa uniram forças para realizar um curso de graduação a distância entre 2009-13 voltado aos professores sem qualificação, mas que já trabalhavam em escolas brasileiras no Japão.

Em 2011, haviam 127 escolas estrangeiras de diversos países reconhecidas como instituição educacional no Japão inteiro. Nesse quadro, as escolas brasileiras representavam 12, destas. As chamadas escolas internacionais representam outra parte, mas a maioria são escolas coreanas, que tem uma história bem mais antiga e marcada de conflitos étnicos e diplomáticos entre japoneses e coreanos. A seguir, destaco dois eventos que possivelmente

indicam um movimento em direção à melhor integração das escolas brasileiras com a sociedade japonesa. Em 2013, com a flexibilização dos regulamentos por parte do MEXT em relação às escolas estrangeiras do ensino médio, 30 escolas brasileiras passaram a ser reconhecidas como “equivalentes” ao ensino médio japonês. Então, os graduandos passaram a poder prestar o vestibular para faculdades japonesas. Outro evento relevante para as escolas brasileiras no Japão ocorreu em 2012, quando o MEC oficializou como requerimento para a homologação de escolas brasileiras no Japão a “oferta de aulas de Língua e Cultura Japonesas” (PARECER CNE/CEB Nº 5/2012).

Em 2018, a comunidade brasileira no Japão contava com 39 escolas homologadas. Porém, a realidade continua sendo que muitas não conseguem atingir estabilidade. Geralmente funcionam em imóvel alugado e dependem da mensalidade paga pelas famílias. Como a renda das famílias estrangeiras tende a ser mais vulnerável, pagar as contas no final do mês é sempre uma preocupação para a administração das escolas brasileiras. Porém, nas regiões com grande concentração de brasileiros, as escolas brasileiras têm conseguido maior apoio do governo local e continuam sendo o braço direito de muitos pais. As mensalidades não são baixas, mas incluem pacotes de transporte, alimentação, horário integral das 7 da manhã até as 7 da noite, e a facilidade e familiaridade de poder contar com um educador brasileiro traz um sentimento de segurança aos pais. Muitas também integram costumes japoneses como trocar os sapatos na entrada e os alunos serem responsáveis pela limpeza, para que as crianças também entendam as regras da sociedade japonesa. Se a escola tem os reconhecimentos do governo brasileiro e japonês os graduandos das escolas brasileiras conseguem seguir os estudos no ensino superior tanto no Brasil como no Japão. Um caso especial é a escola Mundo de Alegria que começou como escola peruana, mas agora possui programa homologado pelo MEC brasileiro e MEXT japonês.

Por último, é importante falar das ONGs. Organizações cívicas também têm um papel importante, principalmente na assistência de famílias e alunos que passam por transferências entre as escolas japonesas e brasileiras. São comuns os casos de famílias que matriculam os filhos nas escolas japonesa no início, mas quando decidem retornar ao Brasil, transferem o aluno para a escola brasileira para facilitar a transição no retorno ao Brasil.

## Conclusão

Espero ter demonstrado que temos várias questões envolvidas na educação das crianças brasileiras no Japão. Considerando a diversidade étnica, a diversidade de escolas e programas que recebem estas crianças e jovens, a questão vai muito além da cobrança que se faz frequentemente aos alunos estrangeiros no processo de adaptação ao Japão. Pensar em uma educação sem barreiras requer não só considerar fronteiras entre países, mas também as fronteiras burocráticas que existem entre as autoridades, família, alunos e comunidades envolvidas. Acredito que a garantia de uma boa qualidade de ensino e o direito à educação da criança migrante dependem da cooperação desses agentes.

## Referências Bibliográficas:

Levinson, Bradley AU, Margaret Sutton, e Teresa Winstead. 2009. "Education Policy as a Practice of Power Theoretical Tools, Ethnographic Methods, Democratic Options". *Educational Policy* 23(6):767–95.

MEXT, Ministry of Education Culture Sports Science and Technology. [s.d.]. "Education Overview". (<http://www.mext.go.jp/en/policy/education/overview/index.htm>).

MEXT, Ministry of Education Culture Sports Science and Technology. [s.d.]. *Japan's Modern Educational System*. Japan.

MEXT, Ministry of Education Culture Sports Science and Technology of Japan. 2010. 外国人の子どもの就学状況等に関する調査の結果について. Japan. ([http://www.mext.go.jp/component/a\\_menu/education/micro\\_detail/\\_\\_icsFiles/fieldfile/2010/09/01/1295604\\_2.pdf](http://www.mext.go.jp/component/a_menu/education/micro_detail/__icsFiles/fieldfile/2010/09/01/1295604_2.pdf))

MEXT, Ministry of Education Culture Sports Science and Technology of Japan. 2017. 日本語指導が必要な児童生徒の受入状況に関する調査(平成28年度)の結果について. Japan. ([http://www.mext.go.jp/b\\_menu/houdou/29/06/\\_\\_icsFiles/fieldfile/2017/06/21/1386753.pdf](http://www.mext.go.jp/b_menu/houdou/29/06/__icsFiles/fieldfile/2017/06/21/1386753.pdf))

Meyer, John W., John Boli, George M. Thomas, e Francisco O. Ramirez. 1997. "World Society and the Nation-State". *American Journal of Sociology* 103(1):144–81.

Ministério da Educação, MEC. 2018. "Orientações Gerais sobre o Ensino para Brasileiros no Japão". 36.

Ramirez, Francisco O. e John Boli. 1987. "The Political Construction of Mass Schooling: European Origins and Worldwide Institutionalization". *Sociology of Education* 60(1):2–17.

Sutton, Margaret e Bradley A. Levinson, orgs. 2001. *Policy as practice: Toward a comparative sociocultural analysis of educational policy*. Westport, Connecticut: Ablex Publishing.

UNESCO. 2006. "UNESCO Guidelines on Intercultural Education".

Willis, David Blake e Stephen Murphy-Shigematsu. 2008. "Transcultural Japan: metamorphosis in the cultural borderlands and beyond". in *Transcultural Japan: at the borderlands of race, gender and identity*, organizado por D. B. Willis e S. Murphy-Shigematsu. London ; Routledge.